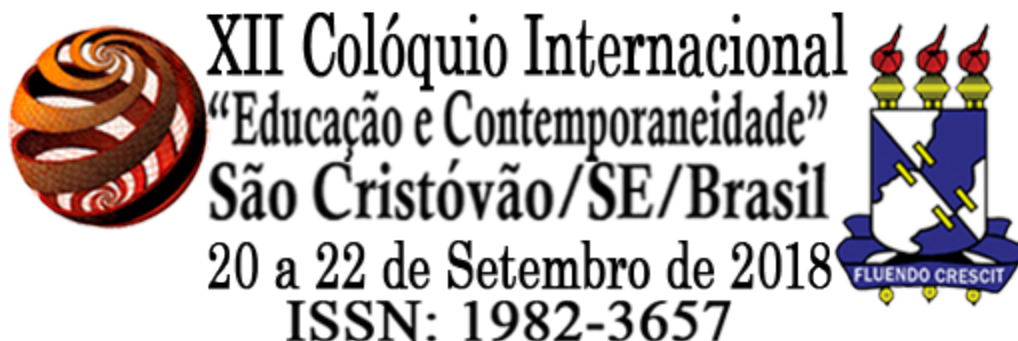




FAMÍLIA E BNCC: DIRETRIZES CURRICULARES ÉTNICAS NA INFÂNCIA

SILVANIA CLAUDIA DA SILVA

LUCIANA CRISTINA DA SILVA EVANGELISTA

EIXO: 13. CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Silvania Claudia da Silva

Dayvison Bandeira de Moura[1]

13. Currículo Escolar, Gestão, Organização do trabalho pedagógico

Resumo

O presente trabalho é fruto de uma reflexão em torno da abordagem dada à Educação Infantil fundamentada no documento ao papel do professor como sujeito autônomo, e nos demais apontamentos que regem a Educação Básica do Brasil, a padronização curricular, bem como conflitos no que diz respeito à limitação da autonomia dos professores, o desvio do foco.

Palavras-chaves: BNCC, Família, Infância, Diretrizes Curriculares.

RESUMEN

El presente trabajo es fruto de una reflexión en torno de la aproximación dada a la Educación Infantil fundamentada en el documento del Currículo Común (BNCC), así como en los aspectos que rigen la Educación Básica de Brasil. De esta forma se abordan los conflictos en lo que respecta a la limitación de la autonomía de los profesores, el desvío del foco.

sobre los procesos de centralización y como conflictos en lo que se refiere a la lim profesores, el desvío del foco de las reales brasileña.

Palabras clave: BNCC. Familia. Infancia. Directrices Curriculares

r[1] Professor orientado

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) cumpre a atribuição do Ministério da Educação (MEC) em encaminhar a aprendizagem com foco no desenvolvimento para os alunos da Educação Básica, pactuada com os Estados, o Distrito Federal e o Município.

A BNCC é fruto de amplo processo de debate com atores[1] do campo educacional, com a sociedade brasileira.

Publicada em maio de 2016, a segunda versão da BNCC passou por um processo de debate institucional em seminários em Brasília e em Federação, sob a coordenação do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed[2]) e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime[3]). Os debates aconteceram entre 23 de junho e 10 de agosto de 2016 e contaram com a participação de mais de 9 mil professores e especialistas previstos para a segunda versão. Seus resultados foram sistematizados e organizados em relatório produzido por um grupo de trabalho do UnB. O presente artigo tem por objetivo explicar acerca do tema proposto tomando por base a terceira versão da BNCC.

A Lei de Diretrizes e Base (LDB) nº 9.394/96 é uma legislação com a função de organizar a estrutura da Educação Brasileira, estabelecendo diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e os seus conteúdos, bem como as prescrições legais a serem colocadas em prática por meio de políticas centralizadas no Ministério da Educação (MEC), na forma do estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais[5] - DCN's, que foi criada em forma de lei com a obrigatoriedade de serem adotadas nas redes de ensino.

Em 1997, foi instituído os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) os quais constituem-se como referências nacionais para a educação, definindo as metas para a educação estabelecidas pelas políticas públicas do MEC. Esses PCN's [6] podem ser utilizados como orientadores pelas Secretarias de Educação; assim, cada um constrói seus currículos de acordo com os PCN's e com as condições locais, com subsídios para elaboração da proposta curricular de cada instituição escolar, trazendo-o para uma discussão contextualizada.

A Base Nacional Comum Curricular, segundo o MEC será mais uma ferramenta que irá ajudar a orientar a construção de currículos públicos ou particulares, afirmando ainda que esse em especial irá superar dificuldades, um mito que muitas vezes são criados. A BNCC, publicada, visa estabelecer parâmetros para as escolas com conteúdos pré-definidos, engessando o trabalho docente e os diretores; facilitar a produção padronizada dos livros didáticos, aumentando o processo de privatização do ensino e engessando o currículo.

A proposta afronta o Art. 3º da LDB, que estabelece princípios que devem nortear a educação pública como: liberdade de expressão, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; e respeito à liberdade e apreço à tolerância. Já os artigos 12 e 13 asseguram a liberdade de expressão, a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas e os planos de trabalho docente. Como escolas e professores exercerão suas funções?

O envolvimento de grupos privados no Movimento Pela BNCC, em contraste com a falta de consulta de outras associações que nos fazem duvidar discutir acerca do novo documento. Desta forma, por meio desses pontos e compreendendo tais ser concretizada, fazendo um percurso em especial pelos documentos oficiais e baseado em autores que abordam discus

1. Educação Infantil

A política de educação infantil, as práticas com as crianças e as alternativas de formação vêm ocupando os debates: reconhecimento deste direito afirmado na Constituição de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na LDB de Nacional de Educação. Isso tem consequências para a formação de professores e as políticas municipais e estaduais qu no Brasil.

Neste contexto, se destaca a atuação dos fóruns estaduais de educação, que, há vinte anos, participam de modo vigilan exercício desses direitos, mais do que proclamado, seja uma realidade para as populações infantis. A luta pela inclusão agregando – nestes anos de descrédito nas instâncias de participação social – à mobilização dos órgãos públicos, organi parlamentares. O ensino fundamental de nove anos e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de pedagogia s com relação às crianças de 0 a 6 anos nos últimos anos.

A formação de profissionais de educação infantil é um dos maiores desafios das políticas educacionais; a educa democratização da educação brasileira, importante articulação no que se refere às crianças e ao trabalho pedagógico. A para as populações infantis e para as famílias, considerando-se que a educação infantil é, desde a Constituição de 1988, primeira etapa da educação básica.

No que diz respeito à autonomia do educador, o mesmo deve ser e estar consciente de sua realidade e responsa envolvimento, bem como a participação da família e do próprio educando em seu fazer pedagógico. O educador assume integral e equilibrador de situações de aprendizagem e de conflitos que ocorram na sala de aula.

O Educador precisa aceitar que a criança possui um repertório de conhecimento ao entrar na instituição de Educação I reveladas pela mesma a partir de seu universo sociocultural, respeitando seu desenvolvimento individual e superanc proporcione situações provocadoras e que possam caminhar para que tenha condições de gerar seus próprios conh encoraja a aceitar a autonomia e tomar a iniciativa de questionar acerca de seus conhecimentos prévios sobre conceitos tais questões, proporciona o exercício de um professor autônomo e abre a autonomia na construção da cidadania da crie

Por base nessas questões destacamos aqui que o estágio da Educação Infantil, disciplin compreendido como o ambiente de convergência das experiências pedagógicas vivenciadas profissão docente medida pelas relações sociais, considerado uma atividade de caráter educ ambiente profissional (CUNHA; CEZARI, 2016, p. 56).

O estágio curricular supervisionado deve colocar o futuro profissional em contato com as diferentes realidades sociais estudante desenvolver uma consciência crítica e a capacidade de compreender a realidade e interferir sobre ela.

Pimenta e Gonçalves (1990) consideram que a finalidade do estágio é propiciar ao aluno uma aproximação à realidade que seria a parte prática do curso. As autoras defendem uma nova postura, uma redefinição do estágio, que deve caminh

O estágio é também o momento de reflexão, pois, é possível salientar que nesse momento parte do princípio de que tec insere nesse meio, para que assim, esse momento rico de aproximação proporcione ao estagiário a certeza de que a social, cultural e econômica da sociedade; e o grande intermediador desse processo é o professor.

Com o surgimento das bases epistemológicas de uma pedagogia para a infância, temos um novo olhar sobre o ser cri englobam e transcendem as próprias ciências humanas, resultando em uma perspectiva que define a criança como (CUNHA; CEZARI, 2016).

Os grandes desafios da Educação Infantil e dos profissionais que nela atuam é compreender, conhecer e reconhecer características como ser que sente e pensa o mundo de um jeito próprio. Quando falamos em interação, estamos analisando a partir e por meio de indivíduos com modos históricos e culturalmente determinados de agir, pensar e sentir, sendo influenciado pelo psíquico e fisiológico do desenvolvimento decorrente (VYGOTSKY, 1986 E 1989).

Estudos recentes da neurociência enfatizam a interatividade como peça-chave do processo de desenvolvimento infantil. Quanto mais vida, maior qualidade se dará no desenvolvimento e na capacidade cognitiva do indivíduo. Nos três primeiros anos de vida, estimular as áreas do lobo frontal que está associada à linguagem, ao movimento, à cognição social, à auto regulação e à

A intenção de aliar uma concepção de criança à qualidade dos serviços educacionais a ela oferecidos implica atribuir à Educação Infantil; é a partir da criação dos CEI - Centros de Educação Infantil, que o assistencialismo foi substituído por destacar que essas relações educativas, na instituição de Educação Infantil, são permeadas pela função indissociável em que se refere à alimentação, à saúde, à higiene, à proteção e ao acesso ao conhecimento sistematizado. Este último, muitas delas ainda predomina a polarização assistencialismo versus educação

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI - EDUCAR significa propiciar situações de aprendizagem que contribuam para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em um universo mais amplo da realidade social e cultural. Já o CUIDAR significa valorizar e ajudar a desenvolver cada criança em sua dimensão expressiva e implica procedimentos específicos. Cuidar da criança é, sobretudo, dar atenção a ela como pessoa singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades.

Dessa forma percebemos que essas funções supracitadas são importantes e fundamentais, e devem estar ligadas. Devem considerar a criança nos seus contextos sociais, ambientais e culturais, favorecendo conhecimentos para a construção que promova o enriquecimento permanente do universo de conhecimentos.

Portanto, é preciso enfrentar e encontrar caminhos para superar as desigualdades no acesso a programas de boa qualidade, independentemente de origem ou condição social, sem esquecer que entre esses direitos básicos se inclui o direito ao respeito às suas diversas

A Educação Infantil bem considerada é o elemento desencadeador do desenvolvimento da criança, da construção de conhecimento que não acontece em saltos, é necessário o respeito ao seu ritmo. Considerando que esse desenvolvimento é relativo, e que ela usa mecanismos próprios para manipular e formular hipóteses sobre as oportunidades de aprendizagem oferecidas fornecidas pela criança sobre seu modo de aprender.

Assim, a escola comprometida com a aprendizagem do educando mobiliza todos os seus profissionais, para que estes possam evidenciar que as especificidades reais de cada criança no seu modo de aprender, de se desenvolver precisa ser entendido e tratado sobre a aprendizagem.

2. A autonomia do Professor na construção

A escolha pela discussão sobre autonomia nesse trabalho não se deu por acaso, como já apresentado no início desse texto, a atual discussão a respeito do processo de construção da BNCC. Nos dias de hoje, ouvem-se muitos discursos sobre a necessidade de passar os conhecimentos socialmente produzidos, mas que também é sua função, transformar, educar, formar o aluno com

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997; 1998), encontramos a autonomia como um dos pontos fundamentais. Tanto a autonomia exclusivamente da autonomia na escola. Ressalta-se a importância de oferecer ao aluno uma formação autônoma, na qual ele possa como se planejam, trabalhar em grupo, responsabilizarem-se por suas ações. Os termos apresentados nos parâmetros

A autonomia refere-se à capacidade de posicionar-se, elaborar projetos pessoais e participar efetivamente em função de metas eleitas, governar-se, participar da gestão de ações coletivas, estabelecer uma relação emancipada, íntegra com as diferentes dimensões da vida, o que envolve aspectos intelectuais, emocionais, relacionais com o conhecimento — saber o que se quer saber, como fazer para buscar informações

crítica comparando diferentes visões e reservando para si o direito de conclusão, por exemplo - emocional que envolvem auto respeito, respeito mútuo, segurança, sensibilidade, etc. (PCN, 1997)

Portanto, como assinalado por Hernandes (2002), essas exigências da nova política educacional resultam em contradição como resultado do trabalho do professor, não se vê que a prática docente está atravessada por imposições e pressões de reordenação e não de desenvolvimento de sua autonomia. Desta forma para o professor poder exercer uma prática pedagógica que também fosse autônoma, e que promovesse o seu desenvolvimento; por isso é que precisaríamos buscar, também, a

As políticas educacionais e suas legislações, em seus discursos, apresentam a autonomia como ponto fundamental da educação. Com isso, o que se pode ver não seria a garantia de uma autonomia democrática, legitimada (PASSOS, 1999)

O docente vem se configurando, ora sofrendo influências do processo de proletarianização[7], no qual o professor passa a ser embora por trás dessa concepção um forte controle do Estado se instalasse sobre a organização do sistema de ensino e o professor em relação ao exercício docente desenvolvido na escola.

Diante desse quadro, fica evidente o constante processo de proletarianização vivido pelos educadores e sua influência na prática. Pensar em autonomia é caminhar na tênue linha existente entre autonomia, heteronomia e autoridade. É pensar nos limites de um profissional que se vê em meio a violências diversas, mandos e desmandos, tendo de lidar com uma parcela da sociedade, que está de mãos atadas, e acaba não atuando de modo a promover a transformação de seus alunos e de si próprio.

É nesse sentido que é necessário entender o reducionismo do papel do professor na participação da construção da autonomia. Percebemos que a autonomia da escola passou a ser entendida como a delegação de maior responsabilidade a essa organização. A partir de leituras aprofundadas sobre o assunto, foi possível levantar a hipótese de que o professor não possui autonomia no discurso.

Dessa forma, partimos do pressuposto de que as reflexões sobre currículo devem incluir, necessariamente, reflexões sobre as experiências pedagógicas em que docentes e estudantes constroem e reconstroem conhecimentos, se cabe aos docentes ocorrer desenvolvimento curricular se não ocorrer simultaneamente o desenvolvimento do professor e, com ele, o aperfeiçoamento do currículo sem se pensar o professor e a sua formação.

Trata-se, também, de pensar currículo e formação de professores em uma sociedade cada vez mais multicultural, em outras dimensões de identidades infiltram-se, cada vez mais, nos diversos campos da vida contemporânea. A complexidade das identidades plurais e de suas lutas por afirmação e representação em políticas e práticas sociais extrapola o âmbito da escola (MOREIRA (2001).

É nítido que os responsáveis diretos em relação à aplicação dos currículos na sala de aula são os professores; observando os cargos, somente quem tem a vivência em sala de aula é capaz de analisar, argumentar e aplicar de forma coerente as decisões no processo complexo que abrange diversos aspectos que vem desde o sistema social até o aluno.

Na realidade, o objetivo de um currículo bem planejado é no sentido de que decida a melhor oferta cultural que o sistema oferece. Acontece que o país deveria adotar uma proposta na qual seja estabelecida um currículo que poderia até ser obrigatório, respeitando a especificidade de cada região, de maneira a articular as experiências e os saberes das crianças com os da sociedade por meio de práticas planejadas e permanentemente avaliadas que estruturam o cotidiano das instituições (

O documento foi construído, contemplando a teoria e prática. A teoria é importante para ajudar o profissional a descobrir "seus limites", mas, sim, significa demonstrar confiança, encorajando-os a crescer e a aprender como profissionais nas escolas, tomando por referência os documentos oficiais que regem a educação, como os citados anteriormente.

3. Os Limites da Autonomia Escolar

Diante do exposto anteriormente, com destaque para o que os documentos oficiais falam sobre a autonomia, serão abordados os princípios do ensino brasileiro. Entre eles está a possibilidade de haver o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

No artigo 12, a LDB lista as atribuições das unidades de ensino, destacando-se a de elaborar e executar a proposta pedagógica (inciso IV). Assim se entende com o primeiro que cada escola deve ter seu projeto, que pode ser diferente e a existência dessas propostas pedagógicas nem atrapalhar sua execução

Entretanto, esse mesmo artigo 12 aponta os limites da autonomia escolar, ao lembrar que, em qualquer caso, devem ser docentes para elaborar seu planejamento não pode ser confundida com liberdade absoluta, pois a proposta pedagógica com docentes participem da elaboração da proposta pedagógica por isso, o documento não pode vir pronto de algum gabinete

Outro evento que confirma os aspectos anteriores aparece no artigo 15, que define que “os sistemas de ensino as progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira...”. (LDB, 2013, p.16). O problema na implementação desse artigo e por vezes permitem graus pequenos de autonomia, seja nas formas de organização ou na escolha de metodologias e conteúdos (GIL, 2010).

É de conhecimento que algumas redes, inclusive, optam por distribuir material didático único às escolas, tanto os elaborados pelo ensino. (GIL, 2010). Com isso, os gestores perdem espaço para discutir com a equipe projetos específicos para sua instituição e dos materiais que considerarem mais coerentes com seus objetivos.

O Ministério da Educação (MEC) publicou em 1997 e 1998, respectivamente, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e o documento em questão foi criado com uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Abordando que o mesmo não compete à competência político-executiva dos Estados e Municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do País ou à

Várias opiniões se manifestaram de forma crítica em relação ao processo de elaboração dos PCN's. Principalmente quanto ao ensino fundamental, porque qualquer tentativa de enquadramento dos currículos escolares aos padrões postos pelos PCN's de projetos pedagógicos adequados à realidade e às expectativas das escolas (TEIXEIRA, 2000).

Esse entendimento é inválido quando analisado o Parecer CEB 04/1998 em um trecho, que afirma que “embora os PCN's Nacionais, não têm, no entanto, caráter obrigatório, respeitando o princípio federativo de colaboração nacional”. Portanto, o MEC para a construção de uma base comum nacional, o que se daria pela articulação com outras propostas curriculares educacionais dos vários níveis da Federação e a autonomia das escolas, conforme o Artigo 15º da Lei nº 9.394/1996. E isso implica que as escolas na elaboração de seus projetos pedagógicos.

A autonomia escolar garante desde que a instituição se responsabilize por isso: a não aceitação de uma proposta ou o currículo educativo condizente com as necessidades da população que atende, observadas as normas comuns e as de seu sistema

Conforme Brasil (1997), estes Parâmetros Curriculares Nacionais podem funcionar como elemento catalisador de ação que pretende resolver todos os problemas que afetam a qualidade do ensino e da aprendizagem no país.

A ideia das DCN's considera a questão da autonomia da escola e da proposta pedagógica, incentivando as instituições a desenvolverem projetos que lhes convêm para a formação daquelas competências que estão explicitadas nas diretrizes curriculares. Assim, a escola deve considerar os tipos de pessoas que atendem a região em que estão inseridas e outros aspectos locais relevantes (MEC, 2001).

As DCN's se diferem dos (PCN's), enquanto as DCN's são leis, dando as metas e objetivos a serem buscados em cada escola. O Conselho Nacional de Educação- CNE, as Diretrizes Curriculares contemplam elementos de fundamentação essencial e buscam desenvolver no estudante a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente (MENEZES, 2001).

Seguindo uma linha histórica dos documentos oficiais, será abordado então, sobre a BNCC, recente documento que vamos analisar o que até o momento o documento refere-se à autonomia do Professor e a escola. Inicialmente pode-se dizer que a implementação é prevista em tempo menos que um ano. O processo tem sido feito de forma unilateral, ao se considerarem questões envolvidas, bem como a ausência de consulta de organizações que historicamente, se envolveram com o tema.

O caráter de currículo prescritivo e descritivo que visa mudar a prática docente ao mesmo tempo em que a ignora e atrai a atenção evidente o enorme retrocesso se comparado aos PCN's e DCN's que ofereciam parâmetros de caráter norteador, e não realizador ainda está em fase embrionária, quer seja pela falta de informação das pessoas que têm de exercê-la, ou pela fácil interpretação e sua subjetividade exige dos gestores muita discussão e prática para lhes dar vida e prática docente efetiva

- [1] A primeira versão do documento foi disponibilizada para consulta pública entre outubro de 2015 e março de 2016. organizações e de redes de educação de todo o país –, além de pareceres analíticos de especialistas, associações científicas por pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ).
- [2] O Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed, fundado em 25 de setembro de 1986, é uma associação de titulares, as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal. O Consed é composto pelo Fórum de Secretários (http://www.consed.org.br/consed/consed/historia-do-consed).
- [3] A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) é uma associação civil sem fins lucrativos, fomenta a diversidade do país, ao reunir os gestores dos 5.570 municípios brasileiros (https://undime.org.br/institucional/o-que-e-a-undime).
- [4] Necessidade da garantia do direito público subjetivo à educação bem como ao aperfeiçoamento e melhoria da qual proporcionar um ensino adequado aos estudantes brasileiros.
- [5] Normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de Educação (CNE).
- [6] Diretrizes elaboradas pelo Governo Federal com o objetivo principal de *orientar os educadores* por meio da normatização.
- [7] Analisando a história da humanidade percebe-se que, com o desgaste do sistema feudal e o advento da Revolução Industrial, o controle sobre seu trabalho (predominava a forma artesanal de produção, na qual o artesão detinha a posse da ferramenta de industrialização, o trabalhador passa a ter somente sua mão-de-obra, transformada em mercadoria, pois submete-se ao ritmo de produtividade impostas pelos dirigentes. Ele passou, pois da independência que possuía na economia de subsistência para o modo de produção acarretaram perda da qualidade de vida, principalmente para o trabalhador rural, que com a exploração no processo produtivo. (FREIRE, p.23, 2004) Segundo MASETTO (p.25, 1998), "todas essas mudanças provocaram o surgimento das máquinas e do capital, denominada burguesia e a dos trabalhadores assalariados, denominada proletariado." Contudo reproduzir estas relações de produção de forma não conflitiva. Nesse contexto era preciso inventar, a manutenção e o manuseio das máquinas e a própria disseminação ideológica do sistema capitalista. E assim criaram-se escolas onde não se refletia as relações sociais do processo de produção capitalista. No período pré-industrial o clero era responsável pela educação de trabalhadores. Contudo com a expansão do capitalismo e a ampliação da oferta escolar, a igreja não consegue atender a exigência de que elas permanecessem fiéis aos dogmas da igreja, evento este que contribuiu fortemente para disseminar os jesuítas propagavam, a influência das idéias iluministas e a implantação do liberalismo provocam conflitos e revelam a docência. (FREIRE, p. 45, 2004)
- [8] Aceitação da norma que não é nossa, que vem de fora, quando nos submetemos aos valores da tradição e obedecemos à sociedade ou dos deuses. É característica do mundo infantil viver na heteronomia.

REFERÊNCIAS

Disponível em; A autonomia do educador e os documentos oficiais de educação
<https://sistemas2.uft.edu.br:8004/index.php/interativodaeducacao>
MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. V. L. (Orgs.). (2016). (Secretarias de Educação das Secretarias Nacionais). Dicionário. Interativoda Educação. São Paulo: Midiamix ...Acesso em 17/04/2017

AQUINO, J. G. Do **cotidiano escolar**: ensaios sobre a ética e seus avessos. 3ª edição – São Paulo: Summus, 2000. 216

ARENDT, H. **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução: Mauro W. Barbosa de Almeida; Revisão: Mary Amazonas Leite de Perspectiva, 2000. 350p.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional**

COELHO, E. C. C. S. O currículo da Educação

<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/educacao/o-curriculonaeducacaoinfantil.htm>comentarios. Acesso em 10 abr .2017.

GIL, J. **Os limites da Educação Escolar**. Publicado em GESTAO ESCOLAR, Edição 007, abril/maio 2010.

KRAMER, S. et al. **Formação de profissionais da educação infantil no estado do Rio de Janeiro**: relatório da pesquisa

_____. A Fundação Carlos Chagas e a educação infantil no Brasil: uma trajetória de produção. In: COSTA, A. A. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Anna Blume, 2004. p. 11-58.

_____. (Org.). **Profissionais de educação infantil**: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005.

MASETTO, M. **Didática**: a aula como centro. São Paulo. FTD, 1998.

TEIXEIRA, B. de B. Parâmetros Curriculares Educação e a Autonomia da Escola. 2000

<http://23reuniao.anped.org.br/textos/0503t.PDF>. Acesso, 15 abr. 2017

[1] Professor orientador

[1] Normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas Educação (CNE).

[1] Diretrizes elaboradas pelo Governo Federal com o objetivo principal de *orientar os educadores* por meio da normatização

[1] Analisando a história da humanidade percebe-se que, com o desgaste do sistema feudal e o advento da Revolução Industrial, o trabalhador passa a ter somente sua mão-de-obra, transformada em mercadoria, pois submete-se ao modo de produtividade impostas pelos dirigentes. Ele passou, pois da independência que possuía na economia de subsistência para o modo de produção acarretaram perda da qualidade de vida, principalmente para o trabalhador rural, que com a exploração do processo produtivo. (FREIRE, p.23, 2004) Segundo MASETTO (p.25, 1998), "todas essas mudanças provocaram o surgimento das máquinas e do capital, denominada burguesia e a dos trabalhadores assalariados, denominada proletariado." Contudo reproduzir estas relações de produção de forma não conflitiva. Nesse contexto era preciso inventar, a manutenção

desse outro modelo que, exigia-se minimamente uma instrução que viabilizasse o manuseio das máquinas e a própria existência e onde os filhos dos trabalhadores pudessem ser submetidos às relações sociais do processo de produção determinados grupos de pessoas, já que a escola ainda não atendia os filhos dos trabalhadores. Contudo com a expansão

demanda e decide preparar pessoas leigas para assumir tal missão, porém com a exigência de que elas permanecessem a idéia de docência como sacerdócio. Em contraposição a concepção religiosa que os jesuítas propagavam, a influência das contradições existentes entre essa visão sacerdotal e a visão profissional da docência. (FREIRE, p. 45, 2004)

[1] Aceitação da norma que não é nossa, que vem de fora, quando nos submetemos aos valores da tradição e obedecemos à sociedade ou aos deuses. É característica do mundo infantil viver na heteronomia.